

**“POVO GUERREIRO”: AS CONTRIBUIÇÕES DO RAPPER CRIOLO COMO UMA ALTERNATIVA METODOLÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA****“WARRIOR PEOPLE”: THE CONTRIBUTIONS OF THE RAPPER CRIOLO AS A METHODOLOGICAL ALTERNATIVE IN THE TEACHING OF HISTORY***Josival Avelino Dos Santos Júnior<sup>1</sup>**Thalya Emanuelle da Rocha Antão<sup>2</sup>***RESUMO:**

O presente artigo analisa o rap, encarando-o como uma rica manifestação cultural e uma ferramenta pedagógica valiosa para o ensino de História, sobretudo para discussões acerca das questões étnico-raciais, em consonância com as diretrizes da Lei 10.639/2003, da Lei 11.769/2008 e da BNCC. Nesse sentido, adotando uma abordagem qualitativa, o estudo integra a revisão bibliográfica a análise documental dos marcos normativos, tendo como foco o exame da canção “Povo Guerreiro” (2018). O arcabouço teórico estabelece uma conexão entre o conceito de representação de Chartier (1990), os estudos decoloniais Quijano (2005) e o letramento racial crítico de Ferreira (2015) e (2018). Esse estudo identifica, na canção, tópicos como escravidão, resistência, e desigualdade, relacionando-os com a persistência do racismo estrutural. Dessa forma, a discussão proposta apresenta sugestões para a aplicação do rap em sala de aula, por meio de sequências didáticas voltadas ao desenvolvimento do pensamento histórico e à educação antirracista.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Música; Rap; Base Nacional Comum Curricular; Letramento Racial Crítico.

**ABSTRACT:**

This article analyzes rap, viewing it as a rich cultural expression and a valuable pedagogical tool for History teaching, especially for discussions of ethnic-racial issues, in line with the guidelines of Law 10.639/2003, Law 11.769/2008, and the BNCC. Adopting a qualitative approach, the study combines a literature review with documentary analysis of the relevant normative frameworks, focusing on an examination of the song “Povo Guerreiro” (2018). The theoretical framework connects Chartier (1990) concept of representation, Quijano (2005) decolonial studies, and Ferreira (2015 ; 2018) critical racial literacy. The study identifies in the song themes such as slavery, resistance, and inequality, relating them to the persistence of structural racism. In this way, the discussion offers suggestions for using rap in the classroom through didactic sequences aimed at developing historical thinking and antiracist education.

**Keywords:** History Teaching; Music; Rap; National Common Core Curriculum (BNCC); Critical Racial Literacy.

**INTRODUÇÃO**

Embora a música expresse um saber não escolar, isto é, um saber não adquirido no âmbito da educação formal, mas obtido por meio de experiências e práticas sociais e culturais, ela se insere no processo de ensino-aprendizagem. Sob essa ótica, a presente pesquisa desenvolve uma análise da Base Nacional Comum Curricular como forma de compreender

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Email: [josival.junior@gmail.com](mailto:josival.junior@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5661-3979>

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Email: [thalyaemanuelle37@gmail.com](mailto:thalyaemanuelle37@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6436-5207>

como estão representados os conteúdos programáticos e práticas pedagógicas voltados para a música e o ensino de história no que se refere aos estudos da temática étnico-racial. Desse modo, em diálogo com a legislação educacional, desenvolve-se uma análise das músicas do cantor e compositor Criolo, observando como o rap pode contribuir enquanto ferramenta didático-pedagógica fortalecedora para a construção de uma nova metodologia no ensino de história.

Promulgada em 18 de agosto de 2008, a lei nº 11.769 (Brasil, 2008) estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica, nesse sentido, cabe observar como está representada a musicalidade no contexto educacional. Ademais, para promover o debate sobre o ensino de história e as questões étnico raciais, cabe observar os incisos da lei nº 10.639/2003, conforme previsto no Art. 26-A, que indicam que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

Em continuidade com as prescrições educacionais, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio da cultura. A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para a sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade (Brasil, 2017, p. 154).

Nessa perspectiva, sendo o “Rap” o objeto de estudo em questão, para essa pesquisa será adotado o entendimento do Rap como um gênero musical de declamação rítmica, motivado mediante uma combinação de condições sociais, políticas e culturais vivenciadas por comunidades urbanas marginalizadas, sendo um gênero historicamente caracterizado por externalizar críticas sociais como uma ferramenta de expressão, resistência e busca constante por transformações.

Conforme Albuquerque (1997), o rap detém raízes na década de 60 advindas da cultura jamaicana dos Sounds System (equipamentos sonoros), após um contexto de crise política e econômica no país, buscando melhores condições de vida milhares de jamaicanos migraram para os EUA, implementando gradativamente a cultura do rap jamaicano nos guetos americanos. Segundo Pimentel (1997), esses imigrantes encontraram diversos conflitos sociais, como a falta de infraestrutura, lazer, cultura e educação. Diante disso, com a ausência de direitos básicos, os jovens jamaicanos encontraram na música e nas festas de rua além de uma forma de diversão, uma forma de reação e resposta aos conflitos sociais. Desse modo, em meados dos anos 70, segundo Barbosa (2017) o rap desenvolveu-se junto ao movimento hip-hop e ganhou uma nova sonoridade.

A palavra Rap advém do inglês Rhythm and Poetry, isto é, Ritmo e Poesia. Ao observar a sua configuração conceitual, é possível encontrar nos dicionários de língua portuguesa uma variedade de definições. De acordo com o dicionário de relações étnicas e raciais (2000, p. 475), o rap é definido como “termo que deriva da gíria para fala e refere-se ao gênero meio falado, meio cantado que se tornou a tradução musical da experiência afro-americana das décadas de 1980 e 90”. Além disso, o Mini Dicionário Houaiss (2004) expõe que o rap é um “gênero de música popular, urbana, que consiste numa declamação rápida e ritmada de um texto, com alturas aproximadas”. (Houaiss, 2004 *apud* Oliveira, 2017, p. 21)

No Brasil, o Rap surge nos anos de 1980, e segundo Guimarães (1999) trazido por Nelson Triunfo, um dos precursores da cultura do hip hop no país, em sua origem, os primeiros rappers brasileiros estavam ligados às equipes de *breakdance*<sup>3</sup>. Já nas décadas seguintes, houve o desenvolvimento e a consolidação do estilo musical, nesse contexto, conforme Miranda (2014) nos anos 90 o rap se estabeleceu com a crítica e denúncia ao racismo, e a partir dos anos 2000 ganhou força e notoriedade com os duelos artísticos, como as batalhas de rima e freestyle. De acordo com Tella (2000), após o desenvolvimento do rap, o gênero se tornou a expressão artística de maior relevância para a propagação do movimento hip hop no território brasileiro.

O cantor e compositor Kleber Cavalcante Gomes, nascido em 5 de setembro de 1975 na cidade de São Paulo, artisticamente conhecido como Criolo, é multipremiado nacionalmente e reconhecido internacionalmente por sua contribuição musical diante da abordagem de questões sociais nas suas produções. Segundo Teperman (2015) o rapper Criolo faz parte de uma nova escola do rap brasileiro que é carregada de inovações técnicas e possui

<sup>3</sup> Uma das vertentes do hip hop, caracteriza-se através da dança como uma expressão artística.

alinhamento com a Música popular brasileira (MPB), desse modo, configurando novos sistemas de gestão do gênero como negócio.

Nos últimos anos, tem se observado um crescimento no que se refere aos estudos decoloniais, agora instrumentalizados enquanto ferramenta de abordagem teórico-metodológica fundamental para compreender e desafiar as estruturas de poder, estruturas que perpassam o passado e continuam a moldar e perpetuar condições de marginalização nas sociedades contemporâneas, como o racismo, muitas dimensões da violência e desigualdades sociais, que historicamente refletem no aspecto educacional.

Tendo em vista a expressividade crítica desse fenômeno nas produções fonográficas do Criolo, o presente estudo examina a canção Povo Guerreiro (2018) e a partir dela estabelece um paralelo com o letramento racial crítico. Nesse cenário, através de uma abordagem que reconhece e confronta o racismo estrutural, busca-se compreender como as diferentes linguagens presentes nas músicas de Criolo, isto é, como a crítica em forma de poesia e música integrada à cultura hip-hop além de fomentar o senso crítico para a promoção uma educação antirracista, pode ser utilizada como uma nova metodologia capaz de promover o conhecimento histórico e o senso crítico.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar “Povo Guerreiro” (Criolo, 2018) como fonte cultural para o ensino de História em atividades orientadas por meio do letramento racial crítico. Além disso, possui como objetivos específicos: a) categorizar, na letra, discussões sobre escravidão, pós-abolição e desigualdade social; b) analisar a relação entre uso do Rap como ferramenta didático-pedagógica e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Diante disso, sustenta-se que o Rap, quando mediado através de procedimentos de leitura histórica apoiado no letramento racial crítico, torna-se ferramenta facilitadora para a percepção da persistência das marcas da escravidão, marginalização e desigualdades, permitindo ao professor organizar uma sequência didática alinhada às exigências legais e curriculares. Desse modo, a relevância da pesquisa se evidencia por meio da necessidade de desconstruir um projeto de educação eurocentrada perpetuada ao longo de toda a história da educação brasileira.

## REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Tendo em vista a necessidade de operacionalizar, no plano analítico, a cultura brasileira e afro-brasileira, adotou-se nessa pesquisa o conceito de “representação” formulado por Chartier (1990), uma vez que a História cultural “tem por principal objeto identificar o

modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier 1990, p. 17). De acordo com o historiador francês “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (Chartier, 1990, p. 17). Desse modo, a perspectiva do autor permite compreender como as representações do mundo social se solidificam por meio de disputas, as quais são responsáveis por influenciar diretamente a forma como os indivíduos internalizam, interpretam e disseminam determinada realidade social.

Em decorrência da necessidade de descolonizar as estruturas de poder que permeiam o âmbito educacional e de fortalecer a cultura de resistência como forma de desafiar a colonialidade, a presente pesquisa dialoga com discussões acerca dos estudos decoloniais propostos por Quijano (2005), tendo em vista que:

O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais (Quijano, 2005, p.136).

Sob essa ótica, se entende que o eurocentrismo ignora a diversidade cultural e étnica, perpetuando desigualdades e marginalizações. Desse modo, Quijano (2005) evidencia que no contexto da História da Educação o modelo eurocêntrico de Estado-Nação se constituiu contra a maioria da população, isto é, indígenas, negros e mestiços.

Outrossim, na presente pesquisa é utilizado o conceito de Letramento Racial Crítico, discutido por Ferreira (2015) diante da necessidade de incorporar o letramento racial como ótica analítica para examinar o discurso do rapper Criolo, e a partir disso, identificar como a música aborda pertinentes questões históricas como segregação racial, violência policial, encarceramento em massa, desigualdade socioeconômica, dentre outras problemáticas. Para a autora:

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impactado em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar, universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais (Ferreira, 2015, p. 138).

Diante do exposto, o letramento racial crítico mostra-se fundamental para entender e abordar a dinâmica racial e o racismo na sociedade, sendo importante para promoção de



diversas reflexões profundas sobre questões que permitem reconhecer como os sistemas raciais influenciam as identidades, interações e experiências cotidianas. Assim, Ferreira (2015) vai além da simples conscientização e busca desenvolver uma compreensão mais profunda de como o racismo opera de forma estrutural.

Ademais, visando compreender os contextos históricos, culturais e sociais que marcaram a trajetória do rap, como forma de elucidar o surgimento e desenvolvimento desse gênero musical, são estabelecidos diálogos com os entendimentos de Tella (2000); Oliveira (2017); Guimarães (1999); Miranda (2014) e Teperman (2015). Diante disso, foi possível compreender como rap emerge como voz de resistência e denúncia das desigualdades sociais, raciais e econômicas, configurando-se como um importante meio de comunicação para grupos historicamente marginalizados.

Por fim, para fundamentar as discussões sobre a obrigatoriedade do conhecimento histórico a respeito da cultura afro-brasileira, foram mobilizadas a legislação brasileira e a BNCC como instrumentos de análise. Desse modo, além da revisão bibliográfica, a presente pesquisa amparou-se na análise documental dos marcos legais, normativos e curriculares, destacando trechos que tratam da inclusão da história da população negra e da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, visando identificar como essas diretrizes se concretizam em propostas pedagógicas e conteúdos educacionais.

## METODOLOGIA

Diante do exposto, a pesquisa se desenvolveu a partir das seguintes etapas: Para a construção do arcabouço teórico, foi realizado o levantamento de artigos, dissertações, teses e livros que dialogam com a perspectiva aqui trabalhada, isto é, produções voltadas para a temática da Educação Antirracista, Letramento Racial Crítico, Estudos decoloniais, História do Rap, Estudos acerca da Identidade Cultural e Corpórea negra.

Além disso, realizou-se o levantamento das canções do rapper Criolo lançadas entre 2018 e 2022. O levantamento inicial do corpus documental reuniu 16 faixas esboçadas no quadro a seguir:

Quadro 1- Relação das produções fonográficas do rapper Criolo (2018-2022).

Nº	Produções fonográficas	Ano
1	Boca de Lobo	2018
2	Povo Guerreiro	2018
3	O Tambor	2020
4	Libélulas	2020
5	Cleane	2021
6	Samba Afro cabloco jazz	2022



não reduzir o rap a exemplo ilustrativo. Nesse sentido, lidar com letras de música requer observar o cenário social e as tensões presentes, e não apenas extrair as mensagens.

Ferreira (2018) argumenta que uma educação focada na criticidade possibilita o desenvolvimento de indivíduos capazes de tomar posições conscientes em contextos sociopolíticos. Para a autora, no contexto do ensino de História, a abordagem amparada por meio do letramento racial crítico direciona a análise da letra de Rap como um texto com contexto específico, que busca identificar quem é o emissor, a quem se dirige, quais vivências são relatadas, além daquilo que pode ter sido omitido.

Sob a ótica analítica dos estudos decoloniais, a instrumentalização da canção como ferramenta didática permite abordar a abolição como um acontecimento histórico permeado de permanências. Em Quijano (2005), a crítica ao eurocentrismo evidencia como os grupos dominantes mantiveram ao longo do tempo relações de poder herdadas do colonialismo, sendo responsáveis até mesmo pela divisão social racializada, resultando na produção de hierarquias duráveis (Quijano, 2005). Diante dessa perspectiva, a noção de “liberdade” pode até existir como forma legal após a abolição da escravidão, contudo, o ideal de “igualdade” permanece somente em um constructo onde a sua concretude esbarra em diversos bloqueios estruturais que preservam privilégios e cultivam desigualdades.

A canção Povo Guerreiro (2018) reúne discussões acerca da suposta liberdade e a persistência das desigualdades, para isso, associa a memória da escravidão à experiência de vida contemporânea. Essa associação permite observar o pós-abolição em seu cerne de exclusão social, e desse modo, romper com a ideia de que a abolição por si só trouxe a liberdade e a igualdade de direitos à população negra. A canção demonstra de maneira clara essa tensão, quando inicia com paralelo entre a comemoração da liberdade, isto é, a abolição da escravidão, contudo, contradiz o marco legal por meio da afirmação de que “Mas a igualdade não chegou”, isto é, o fim do cativo não reverteu a hierarquia sociorracial que definia lugares, oportunidades e direitos. Nesse sentido, a letra opera nos debates acerca da persistência de sistemas que continuam determinando quem obtém direitos e quem permanece em condição de precariedade:

Povo guerreiro, bate tambor  
Comemora a liberdade  
Mas a igualdade não chegou [...]  
(CRIOLO, Povo Guerreiro, 2018.)

A partir de seus versos, ela provoca a reflexão sobre a era da escravidão e o processo de resistência, destacando aspectos e chamando atenção para temas como o da

escravidão no Brasil, logo, conforme abre espaço para o debate sobre o processo de resistência dos escravizados, podem ser debatidos assuntos que envolvam a formação e importância dos quilombos, como o Quilombo dos Palmares, um dos maiores e mais organizados quilombos da história brasileira que abrigava pessoas escravizadas que haviam fugido das fazendas e engenhos, indígenas e até mesmo alguns brancos marginalizados pela sociedade da época.

[...] Nossos ancestrais  
Lutaram pela liberdade  
Contra tudo e contra todos  
O negro nunca foi covarde  
Fugiu das senzalas  
Refugiou-se nos quilombos  
Conquistou a liberdade  
Mas em busca da igualdade  
Ainda sofre alguns tombos  
No pós liberdade  
O negro foi marginalizado  
Teve a alma aprisionada  
Com as algemas da desigualdade  
Hoje refugiado em favelas  
Onde a vida tem suas mazelas  
Combate à miséria, o preconceito e a adversidade  
A igualdade e o respeito  
Mais do que anseios  
Também são necessidades  
(CRIOLO, Povo Guerreiro, 2018.)

Dessa forma, é perceptível que a obra de Criolo permite conhecer e discutir sobre um período extremamente importante da história brasileira, responsável por emanar resistência, luta pela liberdade e a busca pelo poder de um povo que foi duramente escravizado durante o período colonial brasileiro. Ademais, ao ressaltar o refúgio dos negros em favelas, a música permite realizar uma histórica relação entre a escravidão e as desigualdades que marcaram a urbanização brasileira, culminando na formação das favelas. Desse modo, o educador pode trabalhar em sala de aula as consequências da abolição da escravatura assinada com a Lei Áurea em 1888, que, embora emancipasse legalmente, não garantia a plena integração dos ex-escravizados, resultando em sua exclusão econômica, social e cultural.

Outrossim, é possível vincular a música ao texto da Lei 10.639/03, que dispõe que a história e a cultura dos afro-brasileiros e africanos devem ser ensinadas, ressaltando a importância da educação sobre as relações étnico-raciais. Conforme Lemos (2022) as

percepções históricas não se formam somente através do conteúdo em sala de aula, elas são permeadas por cultura histórica produzida em instituições, mídias e práticas sociais cotidianas dos indivíduos. Nesse sentido, a música constitui um recurso que aproxima o estudante do conhecimento histórico ao mobilizar referências próprias da cultura jovem, e simultaneamente, possibilita por meio do desenvolvimento do pensamento crítico, expor e desafiar estruturas de poder organizadas durante o período colonial que permaneceram mesmo após a independência do Brasil com a função de explorar, subjugar e perpetuar relações de desigualdade e exclusão da população negra.

Santana (2019) afirma que as rimas abrem espaço para examinar leis, as lutas do movimento negro, além de debates acerca da estruturação de políticas educacionais. Tal prática rompe com a ideia de que o hip hop seria apenas entretenimento, ligando-o a conversas sobre o exercício da cidadania e direitos. Diante disso, sua utilização em sala de aula se configura como um poderoso recurso didático aliado no processo educativo. Nesse sentido, as letras das músicas podem servir como um método simplificado e acessível para a transmissão de conceitos e informações, sendo um instrumento facilitador da compreensão do conteúdo disciplinar. Paralelamente, em decorrência das letras do gênero frequentemente abordarem questões sociais, o uso do rap como ferramenta de apoio metodológico possibilita uma abordagem interdisciplinar impulsionadora do processo de ensino-aprendizagem, fundamental para a imersão do estudante em uma educação antirracista não somente no contexto escolar, mas como forma de caminhar em direção à promoção da inclusão e equidade socio-racial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise sobre a Base Nacional Comum Curricular, constata-se que a música está prevista como recurso pedagógico, diante disso, é importante ressaltar que a sua devida utilização transcende o âmbito do entretenimento e contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos estudantes. Nesse sentido, em conformidade com o exposto por Napolitano (2002) embora a música brasileira tradicionalmente tenha se mostrado bastante valiosa culturalmente, apenas recentemente as ciências humanas tem se dedicado a estudar sobre a temática de maneira mais sistemática. Desse modo, observar as possíveis relações entre esses campos de estudos é fundamental para auxiliar o ensino de história e promover a construção de uma sociedade crítica.

Por conseguinte, inserção da musicalidade por meio do Rap no processo de ensino-aprendizagem, promove o aprendizado crítico ao mesmo tempo em que explora a cultura afro-brasileira e sua herança. Nesse contexto, amparado pela ótica de análise do Letramento Racial Crítico, o uso do Rap no processo de ensino-aprendizagem de História rompe a fronteira do pensamento tradicional, e conecta os estudantes às sensibilidades e práticas que suscitam a ampliação das compreensões acerca das inúmeras desigualdades, preconceito, racismo estrutural e os desafios para construir uma sociedade igualitária. Nesse contexto, quando abordada como fonte cultural, “Povo Guerreiro” (2018) fornece importantes discussões sobre racismo, desigualdade, memória e lutas sociais. No caso dos estudos étnico-raciais, esse uso contribui para reformulação de debates acerca do passado e fomentando a produção de novas questões em relação às permanências e hierarquias sociais.

Em vias de conclusão, a análise de “Povo Guerreiro” (2018) evidenciou debates que conectam o passado brasileiro de escravidão, o pós-abolição e desigualdade persistente nos dias atuais. Logo, a partir da proposição de debates acerca da inserção da música no âmbito escolar atrelado a utilização do rap para o ensino de história, conclui-se que o gênero musical ao evidenciar e promover discussões acerca das muitas dimensões da violência e desigualdades sociais, atua, portanto, não somente como uma produção sonora, mas como narrativas críticas da experiência social e cultural que contribuem diretamente para a compreensão de como o marcador racial responsável por subjugar por séculos a população negra se constituiu ao longo da história.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos. **O Eterno Verão do Reggae**. São Paulo, Editora 34, 1997.

BARBOSA, Esdras da Silva. **Ensino de História e RAP: classe, raça e gênero como possibilidades de diálogo nas aulas de História**. 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm).

BRASIL. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, ano CXLV, n. 159, de 18 ago. 2008, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**, trad. Maria Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRIOLO. **Povo guerreiro**. São Paulo: Oloko Records: 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=595vpTIEGVk>. Acesso em: 01 maio 2024.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Educação linguística crítica e identidades sociais de raça. In: PESSOA, R. R.; SILVESTRE, V. P. V.; MONTE MÓR, W. M. (org.). **Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil**. São Paulo: Pá de Palavra, 2018. Disponível em: <https://materiais.parabolaeditorial.com.br/ebookperspectivas>. Acesso em: 14 jan. 2026.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na universidade: Letramento racial crítico e Teoria racial crítica. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP. Pontes Editora, 2015, p. 127-160.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araujo. **Rap: transpondo as fronteiras da periferia**. In: Rap e educação Rap é educação. São Paulo: Sumus, p. 39-54, 1999.

LE MOS, André Luiz do Carmo Barbosa. **Letramento histórico e racial: as relações entre cultura histórica, aprendizagem histórica e identidade racial**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – UFRRJ. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/16045>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MEC. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. **Guia Digital PNLD 2021**. Brasília (DF): Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música – história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

OLIVEIRA, Cleber José de. Rap: recurso pedagógico para um ensino transdisciplinar. **Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens-UFMS**, v. 21, n. 42, p. 19-37, 2017.

PIMENTEL, Spensy. **O livro vermelho do hip hop**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, G.; ZALUSKI, J. L. Educação para as relações étnico-raciais: o uso da música como letramentos de (re)existência para uma educação inclusiva. **ODEERE**, v. 9, n. 1, p. 98-122, 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro e a universidade brasileira: desafios e perspectivas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 9, n. 22, p. 254-273, 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/153>. Acesso em: 31 mar. 2026.

TELLA, Marco Aurélio Paz. **Atitude, arte, cultura e autoconhecimento: o rap como a voz da periferia**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som. As transformações do rap no Brasil**. São Paulo, Claro Enigma, 2015.

*Submetido em: 30 de Março de 2026*

*Aprovado em: 07 de Abril de 2026*

*Publicado em: 10 de Abril de 2026*